



O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Declaro iniciada a terceira reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que vai discorrer sobre a Proposta Orçamentária para 2011 — Projeto de Lei nº 59/2010, do Congresso Nacional, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

Já compõe a Mesa o ilustre Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

Compõe a Mesa também o Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Sr. João Bernardo Bringel.

O Relator-Geral, o Senador Gim Argello, e o Relator da Receita, o Deputado Bruno Araújo, já se encontram a caminho e tão logo cheguem serão convidados a compor a Mesa Diretora.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita.

Conforme o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de dois minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta com a nossa Secretária, Dra. Myrna.

Com a palavra o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka. Já tive oportunidade de falar rapidamente com V.Exa., mas quero parabenizá-lo pela vitória na eleição, assim como a todos os Parlamentares.

Cumprimento os Srs. Senadores e Deputados.

Sr. Presidente, vou procurar fazer uma apresentação a mais breve possível, porque sei que a Comissão, depois desta audiência, vai continuar trabalhando, e, com certeza, teremos mais tempo para o debate, que sempre se faz muito importante.

Trouxemos, acho que já está distribuída aos Parlamentares, uma exposição. Ela tem grande número de quadros, mas acho que poderíamos nos concentrar nos mais importantes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse primeiro quadro mostra os parâmetros que embasaram a confecção do Projeto de Lei Orçamentária. Na verdade, Presidente, como demoramos para fazer esta audiência, e é natural que assim seja, porque o Congresso estava envolvido com as eleições, alguns dos parâmetros já foram recalculados. Vamos, até o dia 20, trazer um novo relatório para o Congresso. A coluna Projeto de Lei Orçamentária Atualizado já tem os novos parâmetros. Na verdade, eles são inéditos, ainda vão ser entregues ao Congresso, mas é uma semana de diferença, e, portanto, já usamos aqui esses novos parâmetros que vamos trazer. Basicamente, há mudança no PIB, alguma mudança no câmbio. No IPCA, também houve uma mudança na deste ano — projeção.

Fizemos o cálculo do salário mínimo que foi incluído na proposta orçamentária para 2011 pelo critério que temos usado em anos anteriores, desde 2006, atualização pelo INPC do ano anterior à vigência do salário mínimo mais um crescimento real correspondente ao crescimento da economia, o crescimento do PIB.

Portanto, sei que isso tem sido objeto de debate, mas, repito, esse é o critério que estabelecemos em negociação com as centrais sindicais em 2006. Por esse critério, o salário mínimo veio calculado em 538,15 reais.

O próximo quadro mostra, apenas para ilustrar, do ponto de vista das contas do Governo Federal, o impacto que resulta de mexer no salário mínimo.

Resumidamente, contando o impacto na Previdência, o impacto da LOAS e da Renda Mensal Vitalícia e também o abono e o seguro-desemprego, para aumentar 1 real no salário mínimo, precisamos de 286 milhões e 400 mil reais; e, para aumentar um ponto percentual, precisamos de 1 bilhão, 460 milhões de reais. Isso é a título de ilustração, para que os Parlamentares possam facilmente fazer conta, se precisarem, de cabeça.

As nossas receitas totais, englobando o orçamento fiscal e o da seguridade, estão no quadro seguinte. Um total de receitas de 1 trilhão, 940 bilhões de reais; receitas primárias, 967 bilhões e 600 milhões de reais;



receitas financeiras, 972 bilhões e 900 milhões de reais. O total da despesa são os mesmos 1 trilhão, 940 milhões, sendo as despesas primárias de 914 bilhões de reais.

Fizemos também uma apresentação em gráfico que mostra a proporção de cada um dos grupos de despesa: desde amortização e demais despesas financeiras, passando por transferências para Estados e Municípios, despesas com pessoal e encargos sociais e as despesas discricionárias, que, na verdade, abrangem aproximadamente 10,5% do total da despesa.

Aí, apenas uma demonstração. Todas as vezes, mostramos a proporção entre as despesas obrigatórias, que atingem praticamente 89,6% do Orçamento, e as despesas discricionárias, que ficam com 10,43%.

Dentro das despesas discricionárias apenas, temos a saúde com 30%; a educação com 13%; o Bolsa Família com 6,9%; o PAC com 22,4% e as demais despesas com 27,6%.

O quadro a seguir faz uma demonstração do resultado primário do setor público programado para este ano e para o ano de 2011. É bom lembrar que fizemos a programação do *superavit* primário em valor nominal. Isso foi fixado na LDO. Por isso, está em um pouco menos de 3,3%, valor que estávamos mirando inicialmente.

Temos uma síntese do Orçamento, com as receitas federais líquidas de transferência, que representam 20,62% do Produto Interno Bruto; as nossas despesas obrigatórias, que chegam a 14% do PIB; a meta de resultado primário, que está dando 1,28% do PIB, só a parte federal; e as despesas discricionárias, 5,18% do PIB, divididas entre o Poder Executivo e os demais Poderes.

Uma explicação sobre a composição da receita primária, começando pela receita administrada pela Receita Federal do Brasil, incluindo as despesas previdenciárias e as outras, com a transferência a Estados e Municípios, dando uma receita líquida, Presidente, de 803 bilhões de reais aproximadamente.

As despesas primárias obrigatórias, no total de 551 bilhões de reais, discriminadas em pessoal, benefícios previdenciários e assistenciais e as demais obrigatórias.

No quadro seguinte, uma evolução desde 2003 das despesas primárias da União: transferências, pessoal e encargos, benefícios das Previdência, as demais obrigatórias e as despesas discricionárias de todos os Poderes.

A seguir, diversos gráficos que, na verdade, ilustram a mesma tabela na forma de curvas de evolução: a evolução das despesas primárias; a receita administrada pela Receita Federal do Brasil; a evolução de pessoal e encargos sociais total. É um conceito de competência, excluindo a contribuição previdenciária do servidor público. Então, vejam que há uma demonstração de como tem evoluído essa despesa. Há também uma evolução do *deficit* do Regime Geral da Previdência Social, com porcentagens do PIB e valores nominais.

Depois, Presidente, há várias tabelas que já distribuimos. Não vou me alongar sobre elas, até porque são apenas detalhamentos daquelas que já mostramos, as tabelas generalizadas.

De maneira geral, procuramos, com esse orçamento, priorizar aquelas ações de governo que já têm sido priorizadas, como o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa, Minha Vida. Apenas para esses dois programas, temos aproximadamente 44 bilhões previstos no Orçamento para 2011.

Para os diversos programas sociais, todos os que estão sendo executados, colocamos as dotações suficientes para que continuem sendo executados.

Portanto, consideramos — claro, é uma proposta inicial para o Congresso discutir e aperfeiçoar — que esse é o orçamento do primeiro ano do Governo da Presidente eleita, Dilma Rousseff.

Encerro por aqui e me coloco à disposição dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Ao agradecer a exposição do Ministro Paulo Bernardo, quero lembrar aos Srs. Parlamentares que, logo após o debate, na hora em que encerramos a participação do Ministro, vamos discutir e tentar aprovar o relatório preliminar do Relator-Geral, Senador Gim Argello, que, aliás, não está presente exatamente porque está ultimando seus preparativos.

Vou passar à lista dos inscritos.

O primeiro inscrito é o Deputado Ricardo Barros, que tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Ministro, gostaria de fazer duas questões.

A primeira é referente às obras da Copa do mundo. O relatório preliminar autorizava o Sr. Relator a fazer Emendas de Relator para ampliar as despesas e programas do Governo, inclusive relativos à Copa do Mundo. O Relator acatou emendas feitas por mim e por outros Parlamentares para que não pudesse fazer Emendas de Relator, até porque, no ano passado, o Relator Magela fez muitas Emendas de Relator e, na hora da votação do Orçamento, não conseguimos aprovar.



Então, o Relator, o Senador Gim Argello, já acatou nossas emendas, abrindo mão de fazer Emendas de Relator. Mas mantém a possibilidade de que a equipe de transição encaminhe as suas solicitações e estas se transformem em Emenda de Relator.

Então, pergunto ao Ministro sobre essa questão da Copa do Mundo, se isso virá, na forma da Resolução nº 1, como erro ou omissão, porque estaria devidamente coberto na norma de tramitação do Orçamento se o Governo mandar essas informações como erro ou omissão.

A segunda pergunta que faço é sobre a questão da política monetária. Vimos que metade do Orçamento de União é para juros e amortização da dívida — 50% do que arrecadamos ficam em juros e amortização da dívida. Neste momento em que o País recebe muitos dólares, vimos o aumento da tributação da entrada de dólares. A redução dos juros não poderia substituir esse efeito de atração de dólares para o País? Se reduzíssemos os juros em vez de tributarmos a entrada dos dólares, teríamos eventualmente uma redução significativa desses 50% do Orçamento que são gastos com juros e amortização da dívida.

São essas as questões que queria apresentar ao Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Passo a palavra ao Ministro Paulo Bernardo, para que responda ao questionamento do Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, sem prejuízo da minha própria ação, gostaria que fosse feito de três em três Parlamentares, a não ser que as inscrições sejam poucas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Temos apenas quatro Parlamentares inscritos. Acho que não há necessidade de fazermos em bloco.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado, Presidente.

Deputado Ricardo Barros, V.Exa. sabe muito bem que o Poder Executivo não costuma se meter na questão das emendas aqui, e, portanto, não darei nenhum palpite sobre isso. As emendas são aquelas que os Parlamentares fizerem, e vamos depois discutir, como em todos os anos. O próximo Governo naturalmente vai fazer isso.

Com relação à Copa do Mundo, fizemos a seleção de projetos que seriam financiados ou com recursos orçamentários — estes foram colocados no PAC — ou com recursos de financiamento do BNDES ou da Caixa Econômica Federal e fizemos ampla negociação com as 12 cidades-sedes, envolvendo não apenas a Prefeitura, mas também o Governo do Estado, em todos os casos. Chamamos para a mesa e fizemos uma negociação.

Regra geral, o Governo Federal anunciou de antemão que não vai colocar dinheiro para a construção de estádios. Portanto, V.Exa. pode examinar o Orçamento, não colocamos dinheiro para a construção de estádios, mas colocamos recursos no PAC para fazermos obras como acesso, corredores de transporte coletivo, os chamados BRTs. Estamos fazendo uma negociação em que entraram recursos orçamentários no PAC. Em alguns casos, de obras de maior vulto, fizemos uma negociação misturando: uma parte com recursos da União e outra parte com recursos de financiamentos do BNDES ou da Caixa Econômica Federal.

Portanto, essa foi a política que definimos, e, repito, fizemos isso após negociação com os Governadores. Há linhas de financiamento do BNDES para a construção de hotéis, há uma série de ações que serão contempladas nos próximos anos para a Copa, e expressamos isso no Orçamento. Ou não, quando é o caso de financiamento.

Eu não sei, não posso responder pela equipe de transição, se vai haver alguma iniciativa. O que temos conversado com os nossos companheiros que estão na equipe de transição é que, havendo desejo, havendo manifestação do próximo Governo, vamos mandar ofício para o Congresso pedindo que seja incluído.

Não posso falar pelo Governo, mas duvido que mude, porque, de fato, parece-me pouco provável que a Presidente eleita, Dilma, resolva mudar essa ideia e colocar dinheiro, por exemplo, para estádio ou hotéis. Aliás, isso não teria o menor cabimento.

Agora, pode ocorrer uma ou outra negociação. Dentro daquilo que temos, dos critérios que foram seguidos, pode mudar alguma coisa, mas não tenho informação para fornecer a V.Exa. Acho mais provável que não, a não ser algum ajuste, relativo a uma capital que comprovadamente tenha ficado prejudicada. Algum ajuste acho que é perfeitamente possível. Fora isso, acho pouco provável.

Com relação à política monetária, mostramos um gráfico e vimos que, do total do Orçamento, metade refere-se a receitas e despesas financeiras. Só para esclarecer, não temos metade do que é arrecadado pelo Governo Federal destinado a pagamento de juros. O que vai para pagamento de despesas financeiras é aquilo que reservamos para o *superavit* primário e que, nesse caso, está em 3,22%, computando tudo, inclusive a



parcela de Estados e Municípios e das estatais. Não temos metade da arrecadação do Governo Federal indo para pagar despesas financeiras.

Quanto à questão dos juros, é claro, se não precisássemos pagar juros, poderíamos ter dinheiro para fazer investimento e outras coisas. Ocorre que o Brasil acumulou uma dívida, tem dívida, tem juro sobre essa dívida e precisa pagar. Eu acho que essa é uma discussão pertinente, principalmente quando temos o início de um novo Governo. Com certeza, esse debate voltará. Agora, a taxa de juros também leva em consideração a manutenção da inflação, essas coisas todas.

Mas acho que faz sentido o que V.Exa. está dizendo. Acho que será um bom debate para o próximo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Tem a palavra o próximo inscrito, Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente da Comissão, futuro Senador Waldemir Moka; Senador Gim Argello; nosso Ministro Paulo Bernardo; senhores do Ministério; Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores, tenho alguns questionamentos. Peço de antemão a benevolência do nosso Presidente. Sou o único da Oposição aqui, quero um pouquinho mais de tempo, para ver se consigo esgotar meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - V.Exa. sempre teve a minha benevolência e de todo o Plenário, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O primeiro assunto, Sr. Ministro, é a Lei Kandir. Por ocasião da chegada a esta Casa do relatório da receita emitido por V.Exa., o Relator Bruno Araújo verificou pouco mais de 17 bilhões de reais de novas receitas. Fala-se também que o Governo teria se comprometido com algumas questões: reajuste do Judiciário, um novo piso para o salário mínimo, que a própria Presidenta diz que quer um pouco acima do que foi remetido para esta Casa. Nós propusemos um outro valor para o salário mínimo, mas nossa principal preocupação — a exemplo do que aconteceu no ano passado — é que o Congresso fique com a incumbência de encontrar, dentro do relatório, recursos para suprir uma determinação da nossa Constituição, que é compensar os Estados através do Fundo de Compensação de Exportação.

Nós estamos propondo inclusive, por meio de uma emenda, que não foi aceita pelo Relator, pouco mais de 5.9 bilhões. O Relator, me parece, coloca 3.9 bilhões de reais. Então, a pergunta que faço a V.Exa. é a seguinte: diante de um Ministério tão qualificado — não tenho dúvida nenhuma sobre a competência dos técnicos que aqui estão —, por que todos os anos chega aqui na Casa um relatório de receita, em que alguns bilhões de reais não são colocados, e são encontrados aqui pelo Congresso. Inclusive, me parece que o novo relatório de atualização já preconiza inclusive uma nova atualização dessa receita, em função me parece dos leilões do pré-sal.

Então, por que neste Governo há essa prática de se mandar para nesta Casa um relatório de receita menor do que realmente aconteceria no ano seguinte, e sempre se coloca essa responsabilidade sobre o Congresso, como foi o caso da Lei Kandir? E qual é a posição do Governo nessa compensação para os Estados e Municípios? O que o Governo pensa, já que não colocou na sua proposta?

O outro assunto, Sr. Ministro, é a regulamentação da saúde. Nós estamos há mais de seis anos discutindo a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Essa emenda inclusive tem sido objeto de um amplo debate nesta Casa. O Deputado Rafael Guerra, do PSDB de Minas, nosso companheiro, foi um dos Relatores na área de Seguridade Social e Família, e todos sabemos da debilidade, da fragilidade do sistema de saúde pública no País.

Por ocasião da votação na Câmara, o Relator indicado pelo Governo acolheu o dispositivo de recriação da CSS, uma espécie um novo tributo. Eu pergunto a V.Exa. se o Governo acha correto, acha justo, com uma taxa tributária de quase 35%, nós insistirmos em um novo imposto, aumentando ainda mais esta carga tributária, quando foi comprovado que boa parte da CPMF não ia para a saúde? Como vamos explicar isso para a população brasileira? O Governo não está disposto a regulamentar de uma vez por toda esta Emenda nº 29, para resolver a questão do financiamento da saúde?

Uma outra questão que coloco para V.Exa., na verdade, tem a ver com a execução orçamentária. Falo do salário mínimo. Nós entendemos que a melhor forma de distribuição de recurso no País é se conseguir fazer com que a base salarial mais fragilizada seja melhor remunerada.



Eu acho que isso é um ponto comum inclusive entre o Governo e a Oposição: poderemos aumentar o poder de compra da população. E aí, Sr. Ministro, nós estamos vendo, inclusive pelo relatório que V.Exa. apresentou, que na execução orçamentária do Governo, apesar do quadro de evolução de despesas primárias da União, as despesas discricionárias — que são aquelas que o Governo pode efetivamente utilizar, de acordo com o seu poder discricionário — praticamente quadruplicaram entre 2003 e 2011: de 54 bilhões para 201 bilhões de reais. Quer dizer, quadruplicou. E nessa página 14 do relatório que V.Exa. trouxe hoje para esta Casa nós vemos uma baixa execução orçamentária no que tange a investimentos.

Tanto é assim que o PAC, a principal peça do Governo, mostra, com dados de hoje, tirados do Orçamento, que pouco mais de 7 bilhões de reais foram efetivamente liquidados, o que dá 22% do total. Isso hoje, no dia 16 de novembro. E quanto a restos a pagar que foram reinscritos no ano passado, de 25.858 milhões, só 45%, a preço de hoje, foi liquidado.

Então, nosso argumento em relação ao salário mínimo, é que nós temos um grande contingente de recursos dentro do Orçamento que efetivamente não são utilizados. Acredito eu, por alguma questão gerencial. O Governo coloca alguns bilhões no orçamento de investimento, e é importante para nós, como país, termos esse investimento, mas efetivamente ele não é executado.

Então, pergunto a V.Exa. da possibilidade de se rever o índice do salário mínimo que foi colocado. Nós temos uma emenda de R\$600 reais. Além do mais, nós temos essa questão das receitas que estão sendo encontrados dentro do Orçamento, tanto pelo Relator quanto pela própria reavaliação que está sendo feita pelo Governo Federal.

Ainda em relação à questão do orçamento de investimentos, Sr. Ministro, nós temos a questão dos restos a pagar. Todos os anos o PSDB tem apresentado nesta Casa uma emenda propondo um redutor de pelo menos 75% de reinscrição no ano subsequente, o que permitiria que o Governo tivesse maior eficácia na aplicação do orçamento.

Então, se o Governo não conseguisse aplicar os 100% só poderia inscrever para o ano subsequente 75% desse orçamento. E todos os anos essa emenda é derrotada, e cresce geometricamente o valor de restos de pagar, que é inscrito ano a ano.

Então, eu pergunto a V.Exa. se há, por parte do Governo, alguma perspectiva, alguma estratégia para que os restos a pagar sejam menores, e que haja maior eficácia na execução orçamentária, principalmente na aplicação de recursos no que tange a investimento, que é interesse de todos nós.

Um outro assunto, Sr. Ministro, é a questão da revisão do PPA. No ano de 2009 nós tivemos 94 PLNs de crédito e cinco MPs. Em 2010 já temos hoje, na Casa, 80 PLNs e sete MPs. É um número muito grande de remendos ao Orçamento. É evidente que há condição legal para que isso aconteça. E quando chega o final do ano aparecem os jumbões, que são aqueles grandes PLNs, quando se congrega tudo isso.

Pergunto a V.Exa.: qual foi a estratégia do Ministério para não fazer revisões do nosso PPA, entre 2008 e 2011? Por que o Ministério não fez essas autorizações, essas revisões, já que a própria lei prevê isso? Nós temos, por exemplo, na Casa o PLN 38, que V.Exa. conhece, em que existem aplicações financeiras para dotações orçamentárias que ultrapassam o ano de 2011, que é o ano de vigência do atual PPA, chegando até 2017 em alguns casos.

Então, qual é a estratégia do Ministério para não revisar o PPA dentro do Legislativo? Uma vez que o Legislativa tem como função precípua a de fiscalizar e trabalhar com o Executivo para a correta aplicação do Orçamento público, seria salutar que essas revisões passassem aqui no âmbito do nosso Congresso.

Por fim, Sr. Ministro, agradecendo a benevolência do nosso Presidente, e a atenção de V.Exa., pergunto se no próximo ano, por ocasião da LDO, nos teremos alguma sinalização desse Governo no sentido de que teremos acesso aos sistemas de acompanhamento e controle, uma vez que tivemos aqui, no caso SIGPLAN/ SIEST, o controle em relação às estatais. Tivemos, inclusive, no primeiro semestre, uma audiência pública com membros do Tribunal de Contas da União, e, para nossa surpresa, sequer o Tribunal de Contas da União tem condições hoje de acompanhar em tempo real as aplicações financeiras e orçamentárias de vários órgãos importantes para o País.

São estas as indagações que faço a V.Exa. Espero, efetivamente, que no próximo ano possamos ter o maior grau de execução orçamentária. Agradeço a atenção e a benevolência ao nosso Presidente, e aguardo aqui os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo, para responder os questionamentos do Deputado Rogério Marinho.



O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Deputado Rogério Marinho. Vou tentar responder a V.Exa. de forma objetiva e sucinta. Vou começar com essa questão da receita.

Todo ano, de fato, entre o envio da peça orçamentária para o Congresso Nacional e a votação, ela sofre pelo menos duas revisões. Acho que vários fatores poderiam ser citados, mas basicamente eu acho que o principal aspecto refere-se ao fato de que o Executivo prepara o Orçamento que vai mandar para o Congresso no primeiro semestre. No mês de julho, geralmente, nós já estamos com os limites orçamentários distribuídos para cada Ministério e fazemos o fechamento em agosto para mandá-lo para o Congresso. Mas, se há variação na inflação, se há variação no crescimento da economia, evidentemente, isso vai levar a uma diferença de receita não só daquele ano, mas vai repicar para o ano seguinte.

Então quando nós mandamos o Orçamento para o Congresso, trabalhamos com dados que tínhamos disponíveis até o mês de junho, talvez um pouquinho até o final de julho. No segundo semestre nós não temos nada a fazer, a não ser projeções, e o Congresso Nacional trabalha com dados mais atualizados. Por exemplo, ele fez a revisão da receita em outubro, portanto ele tinha um trimestre a mais de andamento da economia, para observar a inflação, para observar o desempenho da economia e a própria receita realizada pelo Governo. Então, parece-me natural que haja diferenças. E o Congresso Nacional faz outra revisão no final de novembro, começo de dezembro, para ficar o mais próximo possível da realidade. *(Pausa.)*

O Secretário João Bernardo está me lembrando que, no ano em que a CPMF foi derrubada, o Congresso Nacional teve de fazer uma revisão para tirar 40 bilhões de reais, e isso foi compensado. Agora, há também, não podemos ignorar, um interesse do Congresso em buscar mais receita, porque ele precisa fazer as emendas parlamentares, que são absolutamente legítimas. Então, acaba extraindo o máximo que pode para levantar a previsão de receita, de maneira a ter condição de fazê-las.

Com relação à Lei Kandir, a situação é a seguinte: a Lei Kandir foi votada em 1996. Fez-se uma previsão, na época, para compensação de eventuais perdas para os Estados pela desoneração das exportações, e isso sofreu uma série de modificações. O espírito da lei, à época, dizia que era para prever eventuais perdas comparadas ao ano de 1996. A verdade é que hoje é muito difícil comparar porque a receita dos Estados é aproximadamente três vezes o que era em 1996, talvez um pouco mais do que isso. Nos anos seguintes, venceu o prazo dado pela Lei Kandir, foram feitos novos dispositivos e, na verdade, o que subsiste hoje da Lei Kandir é simplesmente a determinação de que, na votação do Orçamento, vai ser definido o que vai ser repassado para os Estados, a título de compensação pelas perdas relacionado às exportações, o que tem sido feito todos os anos.

Temos discutido o assunto no Congresso, à semelhança do que fazemos em relação ao salário mínimo — peço perdão ao Deputado Paulo Pereira da Silva, que está aqui. Se definirmos em 4 bilhões, os Estados, considerando ser esse o piso, vão querer negociar um aumento. Por isso, nos últimos anos, esse valor tem ficado em 3,9 bilhões. No entanto, houve anos em que tivemos receita maior e acabamos repassando mais, como em 2007 e 2008, tendo efetuado negociação no Congresso.

Portanto, em relação à Lei Kandir, ficou definido que faríamos a negociação no Congresso.

Quanto à saúde, é fundamental regulamentar a Emenda Constitucional nº 29 — concordo com V.Exa. —, uma vez que, a rigor, o Governo Federal repassa para o setor aquilo que ela estipula. Nesse caso, porém, os Estados não são unânimes. Contrariando resolução do Conselho Nacional de Saúde, alguns Estados argumentam que determinados gastos são relativos à saúde. Em verdade, quase a metade dos Estados não repassa a totalidade dos recursos previstos pelo Conselho Nacional de Saúde. Em função disso, os Municípios têm que destinar para a saúde mais de 15% da sua receita. Eles são obrigados a destinar 15%, mas há Municípios que destinam 18%, 20% e até 25% da sua receita para a saúde.

Portanto, temos de regulamentar a Emenda Constitucional nº 29. Dessa forma, ficarão perfeitamente delineadas as despesas do Sistema Único de Saúde e a quantidade de recursos que União, Estados e Municípios terão que alocar no setor.

Com relação à CPMF, cabe fazer dois esclarecimentos: primeiro, quando foi votada a CPMF, o texto constitucional não mandava aplicar integralmente os recursos na saúde. Naquele momento ficou definido que da alíquota 0,38%, estipulada, 0,2% iria para a saúde, 0,1% para a Previdência e 0,08% para o Fundo de Combate à Pobreza. Essa era a repartição constitucional da CPMF. Portanto, nem toda a arrecadação da CPMF ia para a saúde, porque a Constituição mandou pagar três contas e não somente uma. Entretanto, com o aumento das despesas do setor, o Governo Federal — não apenas o atual, mas também o Governo Fernando Henrique — foi



crecientemente colocando dinheiro do Tesouro na saúde, além da CPMF. Mas a verdade é que a CPMF tinha uma vinculação muito clara.

Quanto à criação da CSS e ao tempo em que isso será feito, cabe discutirmos, primeiro, se queremos colocar mais dinheiro na saúde ou não. Se julgarmos que os recursos são suficientes e que é necessário melhorar a gestão do serviço de saúde — esta tese é muito forte —, teremos de regulamentar a Emenda Constitucional nº 29. E, assim, ficará resolvido o problema. Porém, se concordarmos em colocar mais dinheiro na saúde teremos que dizer de onde ele vai sair. Não podemos simplesmente, a partir de agora, colocar mais dinheiro sem apontar a fonte.

Outro dia, em entrevista coletiva, disse que se o Presidente Lula chamasse o Ministro Guido Mantega e eu e nos dissesse que precisaríamos colocar mais 1 bilhão de reais na saúde todos os anos, em 40 minutos resolveríamos o problema: cortaríamos de algum lugar. Ocorre que, às vezes, fala-se em 20 bilhões, 25 bilhões. O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, falou em 50 bilhões!

Quando a CPMF estava em discussão aqui no Congresso, fizemos o seguinte acordo público: o Congresso colocaria 24 bilhões a mais por ano na saúde. É evidente que estávamos contando que seria aprovada a CPMF. Não foi aprovado, e esse acordo virou letra morta.

Então, Deputado Marinho, a bola está com o Congresso. Precisamos discutir isso. E, repito, se o Congresso e a sociedade acharem que os recursos que estão na saúde são suficientes — e é indiscutível que precisamos melhorar a gestão no âmbito dos Governos Federal, Municipais e Estaduais —, então está resolvido o problema. Basta regulamentar com o tamanho de recursos que nós temos, e continuar a vida.

Com relação ao salário mínimo, a nossa visão é a seguinte: nós temos um acordo, feito a partir de uma conversa com as centrais sindicais e o Governo, em 2006. Mandamos para o Congresso uma proposta com um critério de valorização do salário mínimo. Na verdade uma política de valorização do salário mínimo, que previa que todo ano seria dado o INPC do ano anterior mais o crescimento do PIB de dois anos antes.

Por que crescimento de dois anos antes? Porque é o índice conhecido. Como vamos reajustar o salário mínimo em janeiro de 2011, não sabemos qual é o crescimento do PIB deste ano. É temerário dizer que vai ser tanto, afinal são milhões de pessoas que vão receber, e com certeza depois vai dar briga na Justiça, se o PIB for um pouco maior. Se for menor ninguém vai reclamar, mais se for maior, nem que seja 01, vai dar confusão.

Então, como é uma política para 15 anos, nós combinamos que vamos fazer com o PIB de dois anos anteriores. Esse critério — salvo a possibilidade de aparecer alguém agora e dizer que ele não é bom — é reconhecido. O salário mínimo cresceu quase 60% acima da inflação, no período do Governo Lula. Eu sou defensor desse critério. Acho que devíamos mantê-lo. Por esse critério iria para 538 reais ou conforme for a inflação, 536 reais. Mas sabemos que todo ano é arredondado. Eu acho que nós estamos dando de barato, porque estaremos trabalhando com um salário mínimo de 540 reais no ano que vem.

É bom lembrar que o ano passado, um ano de crise — a economia foi um problema sério, a nossa receita caiu —, nós mantivemos o critério e fizemos o reajuste do salário mínimo pelo critério do PIB de dois anos antes. Parece que era 5,2% o PIB, de 2008, ou 5,1%. Mantivemos. E, a continuar esse critério, em janeiro de 2012 — porque agora a data-base do salário mínimo é janeiro —, nós teremos a inflação no ano que vem, cujo percentual não sabemos, calcula-se perto de 5%, mais o crescimento da economia deste ano, que já está sendo estimada em mais de 7,5%. Então, eu acho que este é o melhor critério, a não ser que nós nos debrucemos para achar outro.

Aliás, quando fizemos a negociação da política, nós tínhamos definido que no primeiro ano de cada Governo, seria reaberta a discussão — até para não deixar engessado — entre o novo Governo. Se o critério se revelou ineficaz, não está indo bem, então faz-se uma negociação no primeiro ano, que seria, portanto, em 2011.

Eu acho que ninguém vai achar um absurdo se rediscutirmos agora um novo critério. Agora, se nós concordamos que é um bom critério, temos que partir desse valor. Quanto a dizerem que o PIB desse ano foi ruim, que não está bom, esta é uma visão casuística.

Com relação aos 600 reais, nós não concordamos com esse valor. Houve um debate público durante as eleições e a proposta de 600 reais foi derrotada; as pessoas não sentiram firmeza. E o motivo é muito claro: o candidato, quando colocou a proposta de 600 reais não tinha uma proposta atrelada de qual é o critério permanente de valorização. Eram 600 reais em janeiro, depois não se sabe. Nosso critério é o seguinte: todo ano vai crescer de acordo com o PIB, acho que é o melhor critério, e deve ser mantido.

Com relação à discussão sobre o orçamento de investimentos, restos a pagar, tirar o dinheiro de investimentos para colocar no salário mínimo, fatalmente é isso que vai acontecer. Se nós aumentarmos para



um patamar maior, como não vamos poder inventar receita — e ninguém está falando aqui em criar impostos, V.Exa. já deixou isso claro, e eu também sou contra —, então vamos ter de cortar alguma coisa. A vítima mais imediata geralmente é o investimento. Temos 44 bilhões para o PAC e para o Minha Casa, Minha Vida. Fatalmente estes serão os primeiros, a receberem corte. Qualquer governo vai dizer: *"Olha, isso já aconteceu, agora vamos ter que resolver"*. Significa transformar investimento em despesa corrente, quando eu acho que devíamos trabalhar para fazer o contrário. Devíamos trabalhar para nos próximos anos manter o crescimento controlado das despesas correntes, se possível abaixo do crescimento do PIB, e gradativamente colocar mais recursos para investimento. Isso eu acho que seria importante.

Com relação aos restos a pagar, acho que é admissível, Deputado Marinho, essa possibilidade. Vamos fazer uma limitação de restos a pagar, vamos ver se somente xis por cento poderiam ser inscritos em restos a pagar. Isso trará alguns inconvenientes, entretanto. Chegando o fim do ano, teremos de sortear, ou selecionar, ou abrir uma discussão para ver o que vamos cancelar. Se temos um investimento sendo tocado, o que nós temos feito é o seguinte: paga aquilo que foi feito. O que ainda não foi feito, o que não foi entregue, não está executado, inscrevemos em restos a pagar, e continuamos executando. Se eu cancelar, vou ter problema. Com um contrato em andamento, vou cancelar a dotação, ou vou ter de fazer o cancelamento do contrato também, para ficar compatível; ou vou ter de colocar no Orçamento de novo. E aí, o barulho vai ser maior ainda.

Uma coisa necessária — já falei aqui algumas vezes e acho que agora estamos em um momento bom — é fazer algumas modificações na legislação orçamentária, de maneira que os investimentos sejam de uma vez por todas considerados uma categoria de gasto que é plurianual. Leva-se nove meses para fazer um projeto de engenharia; leva-se de seis a nove meses para conseguir uma licença ambiental de um empreendimento. Deixa o dinheiro reservado, acha que vai começar o ano gastando e começa a gastar em setembro. Aí, chega no fim do ano. Como não pode ter restos a pagar, corta e vamos discutir se teremos dinheiro no Orçamento do ano que vem. O que vai acontecer? Para um projeto de engenharia, que eu levei nove meses para fazer, envolvendo licitação, licença ambiental, eu vou tirar do Orçamento e causar uma descontinuidade. Quer dizer, haverá um problema a mais no caminho dos investimentos. Eu acho que nós tínhamos que mudar. Investimentos, via de regra, levam mais do que um ano. O ciclo de execução é maior do que um ano. Então temos que colocá-los como categoria plurianual. Desta forma, quando o Governo mandar para cá, dizendo que determinada obra levará quatro anos e custa 100 milhões, se ela for executada de forma igual todo ano, vamos orçar em 25 milhões por ano. Ou se o Congresso Nacional faz uma emenda e diz que se trata de uma obra de 100 milhões, que levará cinco anos para ser executada, eu posso colocar 20 milhões no primeiro ano; não precisa mais do que isso. Porém, eu sou obrigado a colocar no segundo, no terceiro...

A nossa briga — e os Parlamentares da Comissão sabem — sempre foi essa questão. Nós prevemos um investimento de 300 milhões e colocamos uma emenda de 5 milhões. E aí falam: *"Olha, abram uma janela, vamos guardar um espaço"*. Isso cada vez mais fica insustentável, porque se eu começar tudo isso, é muito provável que não termine. Chega o fim do ano e tenho mais uma carteira de coisas não executadas.

Esse é um debate que poderíamos fazer. Isso interessa não apenas ao Governo Federal, mas aos Estados e aos Municípios. Devemos tentar viabilizar os investimentos.

Com relação ao Plano Plurianual, essa é uma discussão antiga também, e eu acho que tem mérito. Por que não se faz a revisão do PPA? Nós optamos por não fazer porque achamos que temos um grande volume de ações inscritas no Plano Plurianual. Abre-se a revisão e existe o desejo natural dos órgãos, dos Ministérios, dos Ministros, dos Estados, dos Municípios, dos Parlamentares de que se incluam novas ações. Ou seja, abre-se tremendamente o leque e acaba ficando mais difícil ainda executar, pelos motivos que já citei.

E com referência à questão dos sistemas do Governo, concordamos em abrir todos aqueles que expressam decisões tomadas no Governo. Por exemplo, peguemos o sistema que serve para a montagem do Orçamento. É um sistema em que as ações transitam e podem vingar ou não, dependendo da decisão do Ministério, ou até da última decisão do Presidente da República. E abro isso simplesmente para arrumar mais um contencioso com o Congresso, porque haverá uma ação tramitando até determinado ponto e que depois vai sumir, porque foi rejeitada. Mas o Congresso pode se sentir no direito de querer saber o motivo.

Eu acho, Deputado, que aqueles sistemas para tomada de decisão do Governo têm que ser do Governo. Aqueles que são expressos — como o que estamos fazendo, que é o sistema de SIAFI, por exemplo, que mostra a execução — é evidente que têm de ser totalmente franquiados cada vez mais.



E há um detalhe: sobre as empresas estatais não há como fazer divulgação *on line*, até porque temos várias dessas empresas que concorrem no mercado com outras empresas. Vai-se colocar um elemento de instabilidade que vai favorecer, na verdade, a concorrência.

Acho que poderíamos fazer um debate sobre como tratar esses diversos sistemas. Estamos abertos a isso, mas temos dificuldade de abrir, pelo menos àqueles que são ligados ao processo decisório do Governo.

Acho que respondi a tudo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - V.Exa. depois vai ter oportunidade. Deixa eu só completar aqui.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Muito obrigado, Ministro Paulo Bernardo, não só pela exposição feita neste momento, mas por toda a sua gestão à frente do Ministério. Se a grande avaliação que tem de ser feita é pelos resultados, V.Exa. e toda a sua equipe estão de parabéns.

Mas não é porque tudo deu certo, que não possa ser um pouco aperfeiçoado. Uma das questões que pode ser aperfeiçoada, Ministro, é a maneira de se apresentarem certos fatos, que às vezes são muito incompreendidos. O esforço de V.Exa., e de outros que aqui vêm, no sentido de elucidar esses fatos, nem sempre afasta certas lendas que pairam sobre alguns temas.

Então, vou sugerir um aperfeiçoamento na maneira de divulgar algumas dessas questões. Por exemplo, Lei Kandir. Eu sou inteiramente favorável à compensação das exportações dos Estados e Municípios. Agora, falar em Lei Kandir! Sinceramente, ela está em vigor. Se o Governo Federal não pagar a Lei Kandir, a pessoa entra com uma ação e ganha. Por que ninguém faz isso? Porque a Lei Kandir determina que a compensação é zero.

Então, o Governo pagando zero está cumprindo a Lei Kandir. Ela não foi revogada, ela foi superada, na emenda constitucional de 2003 — da qual, por sinal, fui Relator —, a chamada minirreforma de 2003, que foi além da Lei Kandir. A Lei determinou que em 3 anos... Depois é zero. Eu discordo da Lei Kandir. Se votássemos aqui uma redução gradativa das alíquotas interestaduais para as operações de ICMS deveríamos também estabelecer um critério — e aí deixo para a apreciação de V.Exa.: 1% do que cada Estado efetivamente exporta deveria ser automaticamente creditado àquele Estado. Uma compensação do Governo Federal para estimular a exportação. Isso independe de Orçamento, de queda de braço, de critério de distribuição. Compensa quem exportou, até porque esse critério da Lei Kandir, sinceramente, é estranho. Ele não compensa quem perdeu. Ele não compensa quem exportou. É um acerto feito lá, não se sabe bem como, de que um vai receber tanto, outro vai receber outro tanto. Não tem nada a ver com exportação.

Então, primeiro ponto: sou favorável. Acho que deveria ter um critério que compensasse. O que é compensar? É o Estado pagar os créditos pelo que o outro mandou de insumos para ele, naquilo que foi exportado. Essa é que é a perda. Mais nada. E, pelas simulações que já fiz, essa proposta compensa e, em alguns casos, até supera a perda efetiva que o Estado tem. Se houver uma queda das alíquotas interestaduais, isso acabará virando até um prêmio de exportação, porque vai ficar acima daquilo que é perdido, os créditos que o Estado paga por aquilo que importou de outro Estado em relação a zero que vai ter pelas exportações para fora do País.

Então, fica aqui uma sugestão e um esclarecimento sobre esse assunto.

Eu acho que o Governo deveria divulgar mais a questão da execução orçamentária. Por quê? V.Exa. tem toda a razão. Nós executamos o Orçamento em algumas áreas por mais de 70% em restos a pagar. A ideia de cancelar os restos a pagar já foi tentada duas vezes, que eu me lembro: a primeira foi na posse do Presidente Fernando Henrique, cujo Ministro da Fazenda, José Serra, fez um cancelamento. Houve uma grita geral aqui e voltou-se atrás. A segunda foi quando o Presidente Lula tomou posse. O Ministro do Planejamento de então determinou também o cancelamento, e até nós do PT brigamos, e voltou o resto a pagar.

A melhor maneira é incluir, como V.Exa. sugeriu, mas fazer isso de uma maneira proativa. Incluir no Orçamento seguinte necessária e explicitamente, os restos a pagar. E que na peça orçamentária os investimentos tivessem que ser previstos no PPA e na LDO. E quem fizesse uma emenda de execução plurianual, de bancada ou individual, obrigatoriamente deveria fazer constar que seria deduzido da cota dele. Porque é muito fácil, do jeito que está, eu cobrar e não ter como executar. Eu tenho que tirar de algum lugar. Então, acaba aparentemente o Orçamento não sendo executado. Ora, o Governo Federal executa o Orçamento. Deveria haver uma maneira de apresentar isso no final de cada ano: um relatório de execução orçamentária, ou



alguma coisa que desse transparência, que mostrasse que o Orçamento foi executado. Porque as pessoas costumam comparar a lei do orçamento anual com o que foi feito. Nós emendamos a lei várias vezes. Há um monte de PLs que passam aqui, que alteram. Nós não temos a lei do orçamento. Nós temos as leis do orçamento. É impossível o Governo não executar. Tirando o primário, o resto foi executado em algum lugar. E só pode executar com cobertura orçamentária. Falta uma maneira melhor de tratar esse assunto, inclusive ter uma participação maior da Casa, que quer ter uma transparência sobre o que pode ser executado ou não. Não é por má-fé que o Deputado coloca investimento. Ele quer como investimento, mas ele não tem a transparência daquilo que está em restos a pagar que vai entrar na frente.

Então, tínhamos de ter uma maneira de aproximar o Orçamento feito do Orçamento executado, e haver também um relatório de execução orçamentária ao final de conjunto completo, para as pessoas enxergarem não só a prestação de conta que é mandada para o TCU, mas também de forma completa, cabal, a execução tal como ela vai sendo feita. Até para que nós possamos aperfeiçoar a maneira de construir o Orçamento do ano seguinte.

Por último, uma terceira questão, que talvez demandaria uma transparência um pouco maior, é essa relativa à carga tributária. O que é carga tributária líquida e o que é carga tributária bruta?

Muitas vezes ouvimos falar que o Governo gasta um absurdo de juros; ou coisa do tipo: *"O Governo poderia, em vez de gastar em juros, construir casa, hospital"*. Bom, se fizer isso, a carga tributária bruta sobe. Por que o impacto da carga tributária no Brasil não é como está nos manuais clássicos de política monetária? Porque a nossa carga tributária líquida é baixa. Se eu gasto com juros, cobro de uns e pago juros para outros, a carga tributária líquida não muda. O País não tem uma política tributária restritiva. Eu tiro de um, pago para outro. O impacto disso sobre o processo econômico é zero.

Se eu retiro da sociedade e pago benefício, seja previdenciário, sejam os continuados da Seguridade Social, seja Bolsa Família, isso tudo junto deve dar qualquer coisa como 2% do PIB. Isso não tem impacto algum, é apenas redistribuição.

Se eu cobro tributo e pago Bolsa Família, isso não altera a carga tributária líquida. Quando os manuais clássicos da economia dizem que vai paralisar a economia, com arrocho, significa aumentar a carga bruta. Ou seja, você arrecada mais e não transfere. Isso, sim, é a política antiga do FMI. Ou então eu não aumento a carga, mas gasto menos — o aumento primário.

Se porventura aumentar o salário mínimo, aumentando o gasto previdenciário sem aumentar imposto algum, estou diminuindo a carga tributária líquida, porque estou aumentando as transferências para os cidadãos que recebem da Previdência Social.

Sem entender isso, vamos ficar sempre prisioneiros de um mito: se a carga tributária brasileira fosse tão alta como se propala, como é que a economia cresceria? Como é que conseguimos conviver com esse pagamento de juros ou 8,5% do PIB em benefícios previdenciários e da seguridade, ou 3,2% de superávit primário? Porque nós devolvemos, através das transferências, para os cidadãos. Reinjetamos esse recurso da economia.

Se só tirarmos isso que está aqui, que são os gastos previdenciários, os benefícios previdenciários da Seguridade, a Bolsa Família e o pagamento de juros correntes, os pagamentos efetuados, a nossa carga cairá de 35% para 23%, o que é compatível. A menos que alguém queira cortar as transferências, tudo bem. Aí vamos privatizar a Previdência Social? Alguém quer isso? Vamos deixar de pagar a Bolsa Família? Vamos tentar não rolar a dívida, que tem um efeito colateral muito mais caro e mais prejudicial do que a política que está sendo feita?

Por isso, deixo os meus cumprimentos a V.Exa. pela gestão feita ao longo desse período, Ministro Paulo Bernardo, que foi profícuo. Parabenizo-lo. Não terei outra oportunidade, até porque provavelmente V.Exa. poderá ou não estar no Governo, mas seguramente eu não estarei aqui. Não fui candidato a Deputado Federal. Portanto, não estarei mais aqui depois de um longo tempo em que estive nesta Comissão e nesta Casa. Mas não poderia deixar de cumprimentá-lo efusivamente.

Sei que está aqui o nosso grupo político que elegeu o sucessor, o Gabriel Guimarães, com uma votação fantástica, mas eu pessoalmente não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Nossa corrente política é que elegeu; não tem nada de familiar. A nossa corrente política escolheu democraticamente dentre vários. Vocês terão a oportunidade de conviver com eles. A piada é válida, oportuna, mas é injusta com a figura política e pessoal do eleito.



Então, Ministro, não poderia encerrar sem fazer essas considerações. Aqui cheguei e sentei pela primeira vez na Comissão de Orçamento em 1987, na Constituinte. Regularmente, no Congresso Nacional, já fiz parte desta Comissão. Não poderia deixar de registrar que o ponto alto foi durante a gestão de V.Exa. à frente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. V.Exa. está de parabéns. Apenas gostaria que esses mitos, como eu chamaria, ou incompreensões que ainda pesam pudessem ser um pouco dissipadas, até para que a sociedade pudesse interferir mais.

Isso vai avançar com processos de consulta direta à sociedade. Está aqui o Deputado Gilmar Machado, que é um dos que vai estar aqui nesta Casa e é um dos que mais tem lutado para esse avanço, assim como toda a Casa e esta Comissão. Esta Comissão é muito incompreendida também. Há mais de 10 anos que não há um único escândalo nesta Comissão. Os escândalos ocorridos não envolvem pessoas desta Comissão. E ela é injustificada também.

É um outro mito que há, de que a Comissão de Orçamento representa alguma mácula para esta Casa. Não é verdade. É uma Comissão que trabalha, trabalha muito, trabalha à noite, trabalha fim de semana. Ela é uma Comissão sem muito barulho, sem muita confusão. Ela busca e consegue resultados para os Municípios, Estados e Governo Federal.

Fica aqui apenas como sugestão o aperfeiçoamento da maneira de apresentar certos temas. Tenho certeza de que vamos alcançar maior transparência e elucidação, até porque alcançamos uma execução orçamentária melhor na gestão de V.Exa., do Presidente Lula e da Ministra Dilma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Sr. Ministro, vou pedir permissão ao Plenário, pois há mais 2 inscritos, o Deputado Paulo Pereira da Silva e o Senador Flexa Ribeiro, e gostaria de ouvi-los. O Ministro responderia aos 3, até porque, logo em seguida, teremos de votar o relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Quero ponderar aos inscritos que haverá Ordem do Dia, e parece que a negociação com os líderes avançou. Portanto, precisamos votar. Temos de fazer esse esforço. Por isso não me inscrevi.

Peço à Mesa que estabeleça um prazo para os oradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Fique tranquilo, Deputado, porque a Mesa está atenta.

Com a palavra o Deputado Paulo Pereira da Silva.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Senador Gim Argello, primeiro, acho estranho, porque houve um burburinho ali atrás. Estamos achando muito pouco 538 reais, e no seu relatório está 536,88. Diminuiu o salário mínimo — foi a deflação.

Vou argumentar rapidamente; não vou usar todo o tempo a que tenho direito.

Quero dizer que fizemos todo um esforço para recuperar o salário mínimo. Sem dúvida, foi um dos principais fatores que tirou o Brasil da crise. Acho que muitos dos 30 milhões que saíram da pobreza recebiam um salário mínimo. Então, tudo aquilo que se fala sobre gasto com a Previdência, nós achamos que é investimento. É isso o que se vem demonstrando nos últimos tempos, com todo esse esforço que fizemos — as centrais sindicais, o próprio Congresso Nacional e o Governo.

Tínhamos feito uma negociação no que diz respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foi feita pelos companheiros uma proposta de 2,5% para o salário mínimo. Fizemos um acordo no sentido de retirar os 2,5%, porque achávamos pouco e os companheiros da Comissão achavam que, se houvesse aumento de salário, seria melhor. Está aqui o Presidente, que me levou para uma salinha, junto com o Senador Gim e com o Deputado Gilmar Machado, para fazer um acordo e retirar.

Estranhamos o fato de que virou grande polêmica. Sabemos que a sua função é ficar com a foice na mão, para cortar. Portanto, é estranho que o Governo tenha colocado logo o senhor para negociar conosco, porque o senhor tem a função de cortar. Então, isso tem complicado.

Hoje, por exemplo, o senhor não pôde conversar conosco. Entendo os problemas que um Ministro do Planejamento deve ter numa hora dessas. Isso tem dificultado, ou seja, até agora não foi feita uma negociação séria com as centrais sindicais.

Aqui, no Congresso, existem emendas para todos os gostos. Nós, combinados com os aposentados e as centrais sindicais, achamos por bem não entrar no embalo dos 600 reais, até porque achamos que o salário de 600 reais não tem parâmetro. Todo o esforço feito até agora foi para diminuir as faixas salariais do Brasil, dos 24 mil do Supremo para os 510 reais. Pegamos um salário mínimo de 54 dólares no Governo Fernando



Henrique e o elevamos para mais de 300 dólares. Isso foi importante para a renda do povo brasileiro, mas não dá para a gente ficar olhando pela janela. O PIB de 2009 foi zero.

Sr. Ministro, eu me lembro de que fizemos toda uma discussão para que, de 4 em 4 anos, fosse feita uma revisão da proposta que fizemos, ou seja, inflação mais o PIB. Esses 4 anos coincidem agora. Então, nada melhor do que fazermos uma nova proposta para o salário mínimo, aproveitando o início do Governo da Presidente Dilma.

Como ainda não pudemos conversar — esta é uma oportunidade de falar pessoalmente —, quero saber como é que o Governo vai tratar do aumento do salário mínimo, e não dá para chegar nos 540 reais, como disse V.Exa. aqui. Nossa proposta é de 580 reais. Pegamos a inflação de 2010 e uma projeção do PIB de 2010 e chegaríamos aos 580 reais.

Além disso, como vai ficar o aumento dos aposentados? Essa foi uma grande polêmica durante esse ano. Conseguimos aprovar o aumento e o Presidente Lula sancionou aqueles 80% do PIB para os aposentados. Agora, estamos trabalhando com a ideia de conceder 580 reais para o salário mínimo e 80% desse valor para os aposentados.

É lógico que se trata de uma proposta a ser negociada. Como não conseguimos conversar com os atuais Ministros nem com a equipe de transição, sabendo que, segundo informações que obtivemos, V.Exa. é o responsável por essa negociação, quem sabe não se abre aqui um caminho ou, pelo menos, se dá alguma noção de onde iremos. Isto, com certeza, vai mobilizar muito os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Tem a palavra o próximo inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Ministro Paulo Bernardo, Presidente Waldemir Moka, Relator-Geral Gim Argello, primeiramente, Ministro, quero deixar registrado meu reconhecimento à inteligência e à capacidade de V.Exa. Tenho acompanhado suas ações no Ministério do Planejamento, todas elas visando manter o equilíbrio fiscal e impedir o retorno da inflação ao nosso País.

Contudo, Ministro, conversava há pouco com o Deputado Rogério Marinho, nosso Líder na CMO da Câmara, que me disse que, lamentavelmente, V.Exa. não teria respondido objetivamente os questionamentos. Eu disse então ao Deputado Rogério que V.Exa. é muito inteligente, que V.Exa. passa ao largo para não deixar de responder não respondendo. Portanto, eu vou pedir a V.Exa. que, de modo objetivo, responda novamente.

Não entendi também a observação do Deputado Virgílio Guimarães referente à Lei Kandir. Confesso, Deputado Virgílio, com todo respeito que lhe tenho... O Orçamento já vem zerado. O nosso Relator-Geral já incorporou 3,9 bilhões de reais à Lei Kandir para 2011. Apresentei uma emenda, para a qual vou pedir destaque para discussão, que eleva esse valor a 8,3 bilhões de reais, e isso por uma razão muito simples: apenas um acompanhamento do crescimento da economia ao longo desse tempo todo.

Diferentemente do que disse o Deputado Virgílio, o meu Estado, o Pará, Ministro Bernardo, perde a cada ano 1,5 bilhão de reais de receita que poderia auferir, e isso acontece em função da ação do Governo Federal sobre o imposto estadual, com o compromisso de ressarcir-lo.

Quero perguntar a V.Exa.: qual a finalidade do IPI sobre a importação e do imposto sobre importação? Esses 2 impostos que incidem sobre os produtos importados não devem ser utilizados para fortalecer e incentivar a exportação? Lamentavelmente, eles são arrecadados e colocados no caixa único do Governo. Depois, são utilizados em outras missões menos nobres do que o incentivo à exportação. Por que então não usar toda a receita vinda da importação para ressarcir e incentivar as nossas exportações?

Estamos passando por um momento bastante perigoso; estamos diminuindo o superávit da nossa balança comercial a olhos vistos, muito menos pela exportação e muito mais pelo incremento da importação em função da sobrevalorização do real. Por que então, Ministro, o Governo não deixa regulamentar a Lei Kandir?

Há pouco, o Deputado Virgílio disse que não tem regra para atender os Estados exportadores. Existe uma regra sim, regra essa discutida nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que define os percentuais de ressarcimento que cabem a cada Estado. Porém, lamentavelmente, o número aprovado aqui, além de ser de apenas 20% das perdas dos Estados, ainda não é cumprido efetivamente pelo Executivo.

Solicito, portanto, a V.Exa. que nos diga objetivamente o porquê dessa implicância do Governo Federal em relação ao ressarcimento das perdas de receitas estaduais por parte das unidades federadas.

Sou Sub-Relator da área da saúde e quero aqui fazer um elogio de público ao Relator, Senador Gim Argello. Tenho discutido bastante com S.Exa. uma forma de minimizar — porque resolver não será possível — a situação caótica em que se encontra a saúde em nosso País, em especial no meu Estado, o Pará.



Não há como continuar omissos em relação a milhares de mortes. Bastaria somente o fortalecimento da saúde básica, o cumprimento da Emenda 29 por parte do Governo Federal, a sua aprovação. Não é preciso criar CSS. É lamentável que uma das primeiras ações da Presidente eleita seja no sentido não de cortar gastos, que V.Exa. defende, mas sim de aumentar a carga tributária quando não há necessidade de se criar imposto para a saúde. Muito pelo contrário, recursos existem; apenas o Governo mantém, sei lá, um sentimento maquiavélico de deixar a nossa sociedade à beira da não utilização de recursos do SUS.

Solicito ainda uma explicação de V.Exa. — há várias semanas procuro uma explicação — sobre como é feita essa distribuição *per capita* do SUS para os Estados em média e alta complexidade. Ninguém me explicou ainda. Ninguém me explicou, nem do Ministério da Saúde, nem da Consultoria do Senado. Dizem que é uma caixa-preta e que não há como acessá-la. Mas nós vamos abri-la, porque não é possível que os Estados continuem recebendo valores que não dão minimamente para atender a população.

Então, a proposta que eu apresentei ao Relator-Geral, Senador Gim Argello, e S.Exa., de pronto, aquiesceu, foi a de que nenhum Estado irá receber no meu relatório, e espero que haja acompanhamento dos meus pares, menos do que a média nacional hoje. Vamos elevar todos os Estados abaixo dessa média nacional *per capita* de média e alta complexidade.

Já pedi destaque ao Relator em relação a esses recursos. Foi-me prometido esse destaque. Espero agora apoio dos meus pares na Comissão de Orçamento.

O nobre Deputado Paulo Pereira é meu parceiro nessa discussão sobre o salário mínimo. S.Exa. defende 580 e eu defendo 600. V.Exa. defende 536, não é, Paulo? Quero apenas que V.Exa. me explique se esses 600 reais de salário mínimo a partir de agora não fazem parte de uma proposta, de uma emenda populista. Esse valor está embasado tecnicamente. Basta, como foi dito aqui, acho que pelo Deputado Virgílio Guimarães, que os Restos a Pagar sejam utilizados efetivamente para atender ao trabalhador, Deputado Paulo.

Vimos, ao longo desses anos todos, principalmente nos últimos 3 anos, Restos a Pagar tornarem-se investimentos. Chamo esses Restos a Pagar de "restos a fazer", Deputado Gilmar: 16 bilhões 3 anos atrás; 27 bilhões há 2 anos e 50 bilhões este ano como Restos a Pagar. Em 2011, se considerarmos abaixo da média, que é de 30%, se considerarmos 25% apenas de Restos a Pagar, vamos ter mais 70 bilhões de reais, como me diz aqui o Deputado Rogério.

Para que então o Governo quer esse dinheiro se, depois, vai disponibilizá-lo através de crédito suplementar? Ele vai contra a peça mais importante votada no Congresso Nacional, o Orçamento, que já é uma peça de ficção. Procuramos atender as necessidades dos Estados, mas, depois, ele é realizado a bel-prazer do Executivo. Lamentavelmente, ainda assim, o Executivo faz, eu diria, pouco caso do Legislativo quando define os créditos suplementares a seu critério.

Então, Presidente Moka, eram essas as questões iniciais. Tenho muitas outras ainda.

Só uma questão de ordem: há uma reunião convocada para as 18 horas. Fui tomado de surpresa, porque, parece-me, seria discutido imediatamente o relatório do Senador Gim Argello. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Sim.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - E a das 18 horas? Para que a convocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - A convocação é muito clara. Ouviríamos o Ministro e, logo em seguida, aproveitando o *quorum* das duas Casas, debateríamos e votaríamos o relatório preliminar.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Por que então assinamos uma lista para as 18 horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Porque, segundo diz a convocação, 18 horas seria o prazo para iniciarmos, mas podemos antecipar. Quando convocamos, ficou claro que anteciparíamos se houvesse *quorum*, como de fato...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Vou conversar com as lideranças da Oposição para que seja mantida a reunião das 18 horas. Eu mesmo tenho destaques de emendas a serem feitos. Eu preciso dar entrada ainda a esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Quando dermos a palavra ao Relator, abriremos prazo para os destaques. V.Exa. não será prejudicado.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Vou verificar se vamos fazer a reunião das 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Está bem.

Está inscrita ainda a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Serei breve, Sr. Presidente.

Cumprimento V.Exa. e o Relator; cumprimento também o Ministro pelo trabalho.



Minha pergunta é objetiva. Quero saber, Ministro, como está o quadro de pessoal da SUDECO. Tenho acompanhado o andamento disso. Não saio do Ministério do Planejamento, mas, de certa forma, estou muito constrangida, porque tenho ligado muito para lá e não tenho retorno. Solicito então a V.Exa. que me dê algum retorno, sim ou não.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Mas a senhora não me liga, Senadora. Estava esperando uma ligação sua.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Ligo sempre. Está registrado lá. Ligo para V.Exa. e para o Sr. João Bernardo, e nunca tenho retorno. Portanto, quero uma informação de V.Exa. a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Ministro Paulo Bernardo, V.Exa. pode responder os diversos questionamentos. *(Pausa.)*

Ministro, o Deputado Rogério Marinho quer fazer ainda uma breve consideração.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Ministro, eu realmente fiz várias perguntas e eu sei que são vários assuntos distintos, mas eu considero assim. Primeiro, eu quero dizer a V.Exa. que lamento o posicionamento do Ministério no que toca à transparência na execução orçamentária no que tange às estatais, que vai continuar como está. Pelo que entendi de V.Exa., nós vamos continuar sem acesso ao SIEST, inclusive no que tange a pontos elementares como pessoal, licitações da PETROBRAS, principalmente, e da EMBRAER. Então, Sr. Ministro, lamento essa posição que nós escutamos aqui, que eu acho que é uma sinalização que o Ministério dá em relação ao sistema de acompanhamento, principalmente das estatais.

Em relação ao último ponto que me chamou a atenção, todas as perguntas que fiz se devem ao entendimento que tenho de que o Orçamento tem um erro de origem. V.Exa. fala das emendas plurianuais, mas o próprio Ministério não dá o valor devido porque não submete aqui à Casa as atualizações da PPA. A legislação vigente permite que se faça hoje emendas plurianuais. Quando nós propusemos, no caso, um redutor de 75%, é evidente que nós vamos propor também... Nós só precisamos ter critérios para anular as dotações que não foram empenhadas no ano anterior; aquelas que não foram empenhadas, aquelas que não foram licitadas, aquelas que têm, enfim, problemas considerados insolúveis ou de difícil execução. Isso daria uma condição de melhor execução porque, se você está premido pela circunstância de não ter o seu recurso escrito no ano subsequente, eu acredito que os vários órgãos do Governo teriam uma maior precisão na execução orçamentária.

Trazemos essa preocupação a V.Exa. porque, como falou aqui o Senador Flexa Ribeiro, Restos a Pagar têm crescido de forma geométrica, ano a ano. Tanto é que, no próximo ano, se estima que o montante dos Restos a Pagar será maior do que o próprio Orçamento de Investimentos apresentados pelo Governo Federal, o que é uma clara distorção da execução orçamentária, essa peça tão importante para equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo.

Então, são apenas essas observações. Quero dizer que concordo com V.Exa. que temos que aumentar, sim, os investimentos, mas eles não podem ser investimentos virtuais, ou seja, estarem no Orçamento e não serem efetivamente aplicados. Então, concordo que temos que investir mais em infraestrutura e aumentar essa relação em função do PIB, mas que o nosso Orçamento em relação a investimentos seja efetivamente cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo para responder aos diversos questionamentos.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Obrigado. Eu vou me dispensar de comentar muito a fala brilhante do Deputado Virgílio Guimarães, até porque não havia nenhuma pergunta contida.

Quero dizer, Deputado Virgílio, que concordo com as suas ponderações, inclusive naquilo que sugere ao Governo Federal aprimorar as suas formas de apresentação, como tratar determinadas questões. Acho que, de fato, nós sempre podemos melhorar, e concordo com o inteiro teor da sua fala sobre o Orçamento.

Com relação ao salário mínimo, citado pelo nosso Deputado Paulo Pereira da Silva, essa diferença entre 538 e 536 é simplesmente porque foi reestimado o índice de inflação. O pessoal trabalhou com um novo índice e, na hora de fazer o cálculo, dá essa diferença.

Nós sabemos a realidade política de uma discussão como essa. Ninguém acha que é possível apresentar um valor de 538 e depois baixar para 536, embora seja possível aumentar. Aí é uma discussão que nós vamos ter que fazer. Portanto, não passa pela nossa cabeça isso.



Aliás, está perfeitamente dentro daquilo que temos conversado, inclusive com o Senador Gim Argello: que o razoável, no mínimo, é fazer um arredondamento, porque o aposentado que vai receber o dinheiro no caixa, principalmente no caixa automático, não pode receber moeda, não tem como fazer o pagamento.

Sobre o valor, o critério, eu acho que V.Exa. coloca uma discussão interessante, que eu não tinha ouvido ainda de lideranças sindicais. V.Exa. é um dublê de Parlamentar e liderança sindical, e fala em um novo critério para o salário mínimo. Eu acho que, com certeza, o Governo vai se mostrar aberto a isso. Eu preciso consultar o Presidente Lula, vou consultar a equipe de transição. Se é essa a discussão, nós vamos fazer e discutir qual é o critério.

Até agora, nós estamos trabalhando com a ideia de que nós temos um bom critério, mas isso esbarra num problema, que é o fato de que não houve crescimento econômico em 2009 e, por isso, não teríamos um crescimento real do salário mínimo em janeiro de 2011. Mas nós pretendemos, ainda esta semana, marcar já o primeiro contato e começar essa conversa.

Eu acho que ainda temos algum tempo. A vigência do novo salário mínimo é a partir de 1.º de janeiro. Eu imagino que, se nós chegarmos a um acordo até meados de dezembro, que é quando o Congresso vai votar o Orçamento, isso estará resolvido.

De maneira geral, o Orçamento precisa contemplar esses recursos. Eu imagino que, a exemplo do que aconteceu em outros anos, nós precisaríamos de uma medida provisória, porque nós não vamos ter tempo de fazer um projeto de lei tramitar aqui, principalmente se não tivermos acordos sobre isso.

Então, nós vamos começar a negociação, tratar com as centrais sindicais; vamos tratar com os Parlamentares que estão envolvidos nesse debate, mas achamos que o ponto de partida tem que ser o critério que nós temos hoje, que estabelece esse salário de 538,15 reais, ou, arredondando, de 540 reais. Posso até adiantar a V.Exa. que acho que é um bom critério o que nós temos usado. Se vai haver alguma exceção... Eventualmente, podemos achar um critério que seja melhor que esse também, o qual pode ser para ser usado talvez nos 4 anos de Governo da Presidente Dilma, a ser empossada em janeiro. Então, a negociação está para começar.

Com relação às questões apresentadas pelo nobre Senador Flexa Ribeiro, o que o Deputado Virgílio...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Ministro, perguntei também para os aposentados que ganham mais que o mínimo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Olha, nós não temos nem uma proposta sobre isso, até porque, para os aposentados, já existe um critério estabelecido, que é o de não permitir que haja perda de poder aquisitivo.

Deputado Paulo Pereira da Silva, eu vejo às vezes reivindicações de que os aposentados recebam o mesmo índice a ser dado ao salário mínimo. Eu acho que, se você contar a médio prazo, só tem um jeito: é dar inflação para todo mundo, porque querer fazer uma política de valorização, crescer o salário mínimo acima da inflação e afivelar a isso todas as aposentadorias, eu acho que nós vamos inviabilizar. Não tem como fazer isso. O salário mínimo, repito, no Governo Lula, cresceu perto de 60% acima da inflação. Acho que o bom senso indica que nós não temos condição de fazer o mesmo com todas as aposentadorias. Então, essa discussão eu acho que deve ser feita a parte. Respondi com relação ao salário mínimo, mas...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Ministro, permita-me?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Pois não.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Com relação aos aposentados e aos pensionistas, eu tenho uma emenda ao relatório exatamente para tratar da questão do reajuste.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Com certeza, deve ser uma emenda bem criativa, Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Absolutamente viável.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - E, com certeza, os Parlamentares vão poder discutir isso aqui.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Eu espero que discutam com a consciência.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Com certeza. Isso é o que sempre acontece.

Eu queria dizer para V.Exa. o seguinte: o Deputado Virgílio Guimarães colocou, parece-me, com muito mais propriedade do que eu, até porque eu não lembrava que V.Exa. foi o Relator da minirreforma tributária de 2003, na qual ficou estabelecido, Senador, que o valor a ser repassado para os Estados a título de compensação pelas perdas provocadas pela desoneração das exportações seria definido anualmente durante a tramitação da peça orçamentária. Então, nós estamos absolutamente dentro do limite. Eu não quero provocar



V.Exa., não se trata disso, mas, usando as palavras do Deputado Virgílio, partindo de zero até quanto for, está dentro do critério estabelecido.

Eu acho que o Senador Gim Argello já deu uma sinalização, quer dizer, está reservando 3 bilhões e 900. Isso é uma coisa que cabe ao Congresso. É claro que nós conversamos, fomos consultados, mas ele sabe a nossa posição. E o Congresso, achando outra forma de resolver o problema, nós vamos interagir, vamos discutir.

Agora, na verdade, Senador, não há nenhuma implicância da União com os Estados. É bom lembrar que essa é uma lei de 1996. O nome dela, Lei Kandir, já mostra quem a mandou para cá. Ela foi votada e tinha um critério estabelecido; tramitou aqui e foi aprovada. Eu sei que, em um Estado como o Pará, por exemplo, essa é uma questão muito presente, porque tem um volume colossal de exportações, principalmente de minérios. Isso afeta muitos Estados, mas, na verdade, isso foi votado aqui em 1996. Depois, em 2000, foi novamente votada, foi feita uma reforma nos critérios, e, finalmente, em 2003, foi estabelecida uma nova forma. Então, o que nós estamos discutindo são critérios estabelecidos em lei ou na própria Constituição.

Com relação ao IPI, ele não pode ser usado para fazer essa compensação, até porque esse imposto, quando entra...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Mas, mesmo assim, o Imposto sobre Importação, quando entra, metade é dos Estados, dos Municípios e dos fundos constitucionais. A Constituição reserva 18% para a educação. Então, nós já estamos falando de 32%.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - O João está me falando que sobram 30.

Então, veja bem, não dá para ser desse jeito. Eu acho que nós poderíamos amarrar aqui uma discussão, que, evidentemente, não vai ser feita este ano, sobre como tratar essas coisas. Eu imagino que nós vamos ter, no ano que vem, um debate sobre a questão tributária, e acho que isso pode entrar no debate para vermos como definimos isso melhor do que está. Mas a verdade é que, do jeito que está posto, nós temos essa limitação.

Com relação à saúde, eu ouvi V.Exa. dizer que vai aumentar os recursos para a saúde porque, na prática, vai pegar a média e todo mundo que estiver abaixo vai aumentar. Como não vai diminuir quem está acima da média, isso significa que vai resultar num valor maior.

Aí V.Exa. entra numa seara que eu tinha colocado aqui anteriormente: nós precisamos decidir, Senador, se é preciso colocar mais dinheiro para a saúde ou não. O Congresso tem que nos ajudar a discutir isso, se a saúde precisa de mais recursos ou não. Eu dizia que — V.Exa. ainda não tinha chegado —, se precisa de mais recursos, temos que discutir qual a fonte de financiamento, como é que vamos resolver isso. Se não se precisa, e se trata de um problema só de gestão, vamos melhorar a gestão na saúde então, e não tem por que aumentar. Se é para ficar com o mesmo patamar, e todo mundo acha que não podemos criar imposto, nós não podemos criar novas receitas, não vamos aumentar a carga, tem-se que trabalhar com o mesmo valor. Não é possível. Como é que se vai aumentar? Qual o critério que vai ser usado?

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Permita-me, Ministro?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Pois não.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Eu apenas estou diminuindo as desigualdades. Não dá para se ter um Estado que recebe 189 *per capita* e outro 111.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Parece-me uma boa argumentação, Senador. Eu não sou tão bom assim. Eu acho que nós precisamos, inclusive, envolver o Ministro Temporão nisso; me parece ser importante conversar com ele. Mas a verdade é que o critério, da forma como V.Exa. está anunciando aqui, caso seja aprovado, vai resultar num valor bem maior, que vai ser colocado no orçamento. Então, eu coloco para esta Comissão a seguinte questão: de onde vai sair esse dinheiro, de onde vai ser tirado o dinheiro? Vai ter que cortar em algum lugar, porque eu imagino que...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Nós temos sobras de recursos no Orçamento para isso.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - É uma boa notícia essa. Eu não sabia. O Senador Gim Argello não me havia relatado isso.

O SR. DEPUTADO LENONARDO QUINTÃO - Deputado Waldemir Moka.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Eu vou restringir o uso da palavra. Esperemos o Ministro terminar. Senão, nós não vamos... Estou preocupado, porque daqui a pouco começa a Ordem do Dia, e nós ainda temos que votar o relatório preliminar.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Eu vou tentar concluir.

O SR. DEPUTADO LENONARDO QUINTÃO - Só para contribuir, Ministro Paulo Bernardo, a questão da saúde — defendendo o Ministro Temporão — depende de credenciamento. Certamente, um Estado que tem os credenciamentos de alta complexidade recebe mais recursos do Ministério da Saúde. Os outros Estados, certamente, desde que haja interesse do Governo estadual, podem aumentar os repasses da saúde, por meio de credenciamentos de alta complexidade.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - V.Exa. inclusive dá um argumento: se aumentar o repasse e não houver credenciamentos, isso vai esterilizar recursos; vai colocar Orçamento, mas não vai gastá-lo.

Então, vejam bem, sobre o salário mínimo, eu acho que precisa ser perguntado é isso que o Deputado Paulinho disse: qual vai ser o critério para ajustar o novo salário mínimo? Por que ele vai ser de 600 reais? Só porque, na campanha eleitoral, o candidato do PSDB disse que seria esse o valor? A campanha acabou, e ele nem ganhou a eleição! Então, nem dá para usar o argumento de que agora o salário mínimo tem que ser de 600 reais porque alguém prometeu.

Acho que não podemos dizer que vamos tirar o dinheiro do Restos a Pagar e destiná-lo ao salário mínimo. Se o fizermos, vamos massacrar os investimentos e destinar os recursos ao pagamento de despesa obrigatória. Isso significa que, ao invés de aumentarmos a parcela dos investimentos, nós vamos reduzi-la.

Eu acho que nós deveríamos fazer um esforço para aumentar os investimentos e controlar o crescimento das despesas correntes, Senador.

A Senadora Lúcia Vânia me fez uma indagação — e eu fiquei até chateado, porque, pelo jeito, S.Exa. ligou para todos no Ministério, mas não ligou para o Ministro, que ansiava por uma ligação sua. Mas a resposta é: nós não mandamos para cá o quadro de carreira da SUDECO porque a legislação eleitoral não permite que isso seja feito, mas ela está consignada na proposta orçamentária, portanto...

A SENADORA LÚCIA VÂNIA - Está consignada na proposta orçamentária?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Está, está. A previsão está feita e, portanto, aquela sinalização que nós fizemos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - A Senadora já ganhou o dia, não, Senadora?

A SENADORA LÚCIA VÂNIA - Comecei a ganhar; eu ainda vou olhar.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Ela confia desconfiando.

O Deputado Rogério Marinho falou dos (*ininteligível*). É a mesma coisa que eu disse para o Senador Flexa Ribeiro: eu acho que nós vamos nos arriscar a cortar limites possíveis de investimentos para fazer despesa obrigatória. Provavelmente, vamos cortar papel para gerar uma despesa. E vai precisar de dinheiro.

A verdade, Senador, é a seguinte: quando se cria uma despesa, tem-se que ter dinheiro para custeá-la. Não adianta dizer que vai por e pronto. Vai ter que cortar de algum lugar. O mais provável é que o Governo, ao assumir, vendo que a despesa aumentou — principalmente a despesa obrigatória —, tenha que cortar em outras áreas. E com certeza vai cortar investimentos ou programas sociais, algo que temos procurado zelar para que não aconteça.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, eu queria uma rápida réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Deputado Virgílio Guimarães, eu quero dizer o seguinte: nós precisamos começar a discutir o relatório preliminar...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Eu sei que temos que votar. Eu sei que temos que votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - V.Exa., então, há de entender que eu tenho que dar prosseguimento. Aliás, V.Exa. foi o mais brilhante condutor desta Comissão. Eu quero contar com a compreensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Diante disso, eu abro mão do meu direito de réplica, mas apenas para atender a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Eu vou ficar lhe devendo.

Ao encerrar a presente reunião, convoco outra para daqui a 5 minutos, para que possamos ouvir o Relator, Senador Gim Argello, debater e, se possível, votar ainda hoje o relatório preliminar.

Agradeço pela presença ao Ministro Paulo Bernardo e ao Secretário-Executivo João Bernardo.



Está encerrada a reunião.